

Na Constituição Federal de 1988, no artigo 6º, fica claro que é um direito social ter acesso à educação. Nesse sentido, ao comparar-se à realidade, o corte de verbas feito nas universidades federais brasileiras inviabiliza esse direito. Sobretudo, de fato, são necessárias medidas que mudem esse quadro atual, desvinculando a desigualdade e falta de acesso à educação superior pública.

Em primeiro lugar, é importante destacar que os cortes orçamentários nas universidades e institutos é um grande desafio, pois gera a desigualdade. De acordo a Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) entre os anos de 2014 e 2021, houve um corte de mais de 5 milhões de reais. Sob essa perspectiva, com menos verbas, menos bolsas de estudos podem oferecer, não há maior auxílio aos estudantes carentes ou em programas de moradia estudantil. Os jovens são levados a entrarem em uma situação de vulnerabilidade, algo que não é o papel do ensino superior.

Além disso, sem verbas suficientes, a educação deixa de ser um fator essencial para mudar a realidade de muitas pessoas. De acordo a Paulo Freire, educador brasileiro, “se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda’. Sob esse viés, a falta de acesso às universidades, gerada pelo corte de verbas, precisa ser revista, pois é com a educação que obtém-se maior possibilidade de um futuro claro, e não incerto.

Portanto, é preciso que o Estado tome providências para a resolução desse impasse. Urge que o Ministério da Educação providencie a criação de projetos para a arrecadação de verbas e aderindo a parcerias com as instituições privadas. Assim, com mais investimentos, há a desaceleração da desigualdade e maior possibilidade de futuro.